

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Guanhães Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Perfil Corporativo

A **Guanhães Energia S.A. (“Companhia” ou “Guanhães Energia”)** é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em junho de 2006, com sede na cidade de Ipatinga – MG, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de geração e comercialização de energia elétrica.

Possui capital fechado e tem como acionistas as empresas (i) Brasal Energia S/A (51%); (ii) CEMIG Geração e Transmissão S/A (49%).

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato de Engineering, Procurement and Construction (“EPC”) com o Consórcio Construtor PCHs Guanhões (“CCPG”) em setembro de 2012.

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado (“ACR”) devido a participação no 22º Leilão de energia ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh (Pzero), a partir de janeiro de 2018.

As controladas diretas, composta por 4 Pequenas Centrais Hidroelétricas e que juntas totalizam uma potência instalada de 44 MW médios, estão descritas na nota explicativa “Entidades Investidas”, e compõem o Grupo Guanhões (“Grupo Guanhões” ou “Grupo”).

Entidades Investidas

- I. A **PCH Fortuna II S.A. (“Companhia” ou “PCH Fortuna II”)** é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Fortuna II, situada no município Fortuna II, no Estado de Minas Gerais, na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina é de 12 MW. Toda sua energia é considerada “limpa” por ser gerada exclusivamente por fonte hidráulica.

A PCH Fortuna II foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01, 02 e 03, através dos despachos nº 65, de 09 de janeiro de 2019, nº 563, de 23 de janeiro de 2019 e nº 1.433, de 23 de maio de 2019, e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- II. A **PCH Jacaré S.A. (“Companhia” ou “PCH Jacaré”)** é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica

("PCH") Jacaré, situada no município Jacaré, no Estado de Minas Gerais, na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina é de 12 MW.

A PCH Jacaré foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1.512, de 29 de maio de 2019 e nº 2.034, de 24 de julho de 2019, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- III. A PCH Senhora do Porto S.A. ("Companhia" ou "PCH Senhora do Porto")** é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia"). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica ("PCH") Senhora do Porto, situada no município Senhora do Porto, no Estado de Minas Gerais, na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina é de 12 MW.

A PCH Senhora do Porto foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1176, de 27 de maio de 2018 e nº 1761, de 06 de agosto de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- IV. A PCH Dores de Guanhães S.A. ("Companhia" ou "PCH Dores de Guanhães")** é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia"). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica ("PCH") Dores de Guanhães, situada no município Dores de Guanhães, no Estado de Minas Gerais, na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina é de 14 MW.

A PCH Dores de Guanhães foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 2.252, de 02 de outubro de 2018 e nº 2.643, de 19 de novembro de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

A Companhia vem cumprindo seu papel como prestadora de serviços públicos, seguindo todas as medidas protetivas e apoiando o poder concedente e regulador para garantir aos clientes a continuidade do recebimento de energia com qualidade e o prosseguimento do plano de melhoria operacional.

Em 2025, será dada continuidade à valorização da agenda com o regulador, com os poderes públicos federal, estadual e municipais, de maneira técnica e equilibrada, com o objetivo de assegurar o interesse dos clientes e da empresa. A companhia vem cumprindo com todas as obrigações do Plano de Segurança de Barragem (PSB), conforme estabelecido no Resolução Normativa (REN) nº 1.064, de 2 de maio de 2023, como por exemplo, realização de simulados de emergência com a população local, defesa civil e órgãos municipais, instalação de sirenes e outras ações.

As perspectivas para o exercício de 2025 e futuros são de otimização operacional, com busca de redução de custos e maximização da disponibilidade dos ativos, além de mitigar as formas de risco hidrológico, protegendo possível exposição de energia.

Desempenho Operacional

Ano	Energia Contratada Total (MW médio) (*)
2023	23,1
2024	23,1
2025	23,1
2026	23,1
2027 a 2047	23,1

Em 2024, o volume de venda no ACR foi de 23,1 MW médios, o mesmo se comparado a 2023.

Desempenho financeiro

Informações Financeiras Seleccionadas (R\$ M)	2024	2023	Variação 2024/2023
Receita Operacional Líquida	62.566	59.982	4,3%
Despesa Operacional (+) Depreciação e amortização	-41.212	-35.631	15,7%
Lucro Bruto	21.354	24.351	-12,3%
Despesas Gerais e Administrativas	-3.342	-3.063	9,1%
Outras Receitas e Despesas	6.073	-	100,0%
Reversão de perda por redução ao valor recuperável	18.316	33.005	-44,5%
Resultado Financeiro	-4.119	4.983	-182,7%
Resultado antes do Imposto	38.282	59.276	-35,4%
IR/CSLL	-3.245	-6.724	-51,7%
Lucro Líquido	35.038	52.551	-33,3%
Margem EBITDA	34%	41%	-15,9%

Em 2024, a Guanhães Energia teve o seguinte desempenho econômico: (i) receita líquida de R\$62.566, 4,3% acima da realizada em 2023; (ii) custo operacional de R\$41.212, 15,7% maior do que o registrado no ano anterior; (iii) Lucro Bruto de R\$21.354, 12,3% menor do apurado em 2023 e (iv) lucro líquido de R\$35.038 ante R\$52.551 reportado em 2023, em virtude da menor reversão do impairment em 2024.

Endividamento

A dívida líquida totalizou um valor de R\$ 57,5 milhões em 2024. O saldo da dívida está em R\$ 77,2 milhões, restando 68 parcelas, com conclusão em 2030.

Investimentos

Em 2024, a Companhia aumentou seu volume de investimento, totalizando R\$ 12.906. Foram realizados investimentos relevantes, principalmente em função de obras voltadas para instrumentação e vedação de percolações na PCH Senhora do Porto, além das aquisições inicialmente previstas de peças sobressalentes.

Responsabilidade com o meio ambiente

A Companhia é comprometida com a utilização racional e adequada dos recursos naturais, com a análise das vulnerabilidades frente à mudança do clima e com a mitigação de impactos, conforme expresso em sua Política Ambiental e nos Compromissos com o Meio Ambiente e o Clima.

Além disso, atende à legislação ambiental e aos compromissos ambientais assumidos. Possui Programas Ambientais que foram implementados ao longo do período de implantação do empreendimento e que seguem em andamento durante a operação da usina, como ações de reflorestamento, preservação da biodiversidade e garantia da qualidade da água.



**Shape the future
with confidence**

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - salas 104 e 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Guanhães Energia S.A.
Dores de Guanhães - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Guanhães Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Guanhães Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção



**Shape the future
with confidence**

relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Shape the future
with confidence

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 14 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre Dias Fernandes', is written over the printed name.

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O

Guanhães Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.361	204	14.583	3.326
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	5.078	121.920
Concessionárias, permissionárias e clientes	5	-	-	7.739	9.191
Outros créditos	6	3.409	4	4.324	706
Restituição aos acionistas	7	5.020	97.820	-	-
Tributos a recuperar		23	-	452	429
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		14.813	98.028	32.176	135.572
Tributos a recuperar		145	153	1.147	790
Títulos e valores mobiliários	4	4.821	5.062	9.638	10.127
Outros créditos	6	13.469	597	13.469	373
Depósitos judiciais		-	-	1.297	1.277
Investimentos	7	355.679	348.706	-	-
Imobilizado	8	25	22	396.451	401.175
Intangível	9	53	67	3.395	3.528
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		374.192	354.607	425.397	417.270
TOTAL DO ATIVO		389.005	452.635	457.573	552.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guanhães Energia S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores	10	7	31	5.577	1.523
Tributos a recolher		34	54	1.863	1.212
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	13.426	13.342
Outros débitos		96	62	203	62
Restituição a acionistas	12	13.555	97.820	9.590	97.820
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		13.692	97.967	30.659	113.959
Tributos a recolher		-	-	972	959
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	63.779	76.742
Parcelamentos de tributos		-	-	1.602	1.938
Outros débitos		-	-	4.561	4.576
Partes relacionadas	6	19.313	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		19.313	-	70.914	84.215
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12				
Capital social		313.317	313.317	313.317	313.317
Reserva legal		3.430	2.068	3.430	2.068
Reserva de retenção de lucros		39.253	39.283	39.253	39.283
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		356.000	354.668	356.000	354.668
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		389.005	452.635	457.573	552.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA LÍQUIDA	13	-	-	62.566	59.982
CUSTO DA OPERAÇÃO	14	-	-	(41.212)	(35.631)
LUCRO BRUTO		-	-	21.354	24.351
DESPESA OPERAÇÃO		34.779	52.298	21.048	29.942
Despesas gerais e administrativas	15	(57)	(35)	(3.341)	(3.063)
Outras receitas (despesas)		-	-	6.073	-
Reversão de perda por redução ao valor recuperável	8	-	-	18.316	33.005
Equivalência patrimonial	7	34.835	52.333	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		34.778	52.298	42.402	54.293
RESULTADO FINANCEIRO	16	359	348	(4.119)	4.983
Receitas financeiras		552	680	4.142	14.820
Despesas financeiras		(192)	(332)	(8.261)	(9.838)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		35.138	52.646	38.283	59.275
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(100)	(95)	(3.245)	(6.724)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		35.038	52.551	35.038	52.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	35.038	52.551	35.038	52.551
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	35.038	52.551	35.038	52.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guanhães Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos adicionais	Reserva de lucros retidos	Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	548.626	-	-	-	(148.688)	399.938
Redução de Capital por absorção de prejuízos	(137.489)	-	-	-	137.489	-
Redução de Capital	(97.820)	-	-	-	-	(97.820)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	52.551	52.551
Reserva legal	-	2.068	-	-	(2.068)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	9.820	-	(9.820)	-
Const. de reserva de lucros retidos	-	-	-	29.463	(29.463)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	313.317	2.068	9.820	29.463	-	354.668
Dividendos pagos	-	-	(9.820)	-	-	(9.820)
Distribuição de dividendos retidos	-	-	-	(23.886)	-	(23.886)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	35.038	35.038
Reserva legal	-	1.752	-	-	(1.752)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	8.322	-	(8.322)	-
Const. de reserva de lucros retidos	-	-	-	24.964	(24.964)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	313.317	3.820	8.322	30.541	-	356.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
	10.947	302	48.934	23620
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	325	251	49.242	55.853
Lucro do exercício	35.038	52.551	35.038	52.551
Reversão para redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	(18.315)	(33.005)
Provisão para IRPJ e CSLL	100	(95)	3.245	6.724
Despesas com juros sobre financiamentos	-	117	7.241	8.595
Depreciação do ativo imobilizado	8	11	20.803	20.805
Amortização do ativo intangível	14	-	179	162
Baixas de ativo imobilizado	-	-	1.051	21
Resultado de equivalência patrimonial	(34.835)	(52.333)	-	-
Variações nos ativos e passivos	10.622	51	(308)	(32.233)
Tributos a recuperar	(15)	(47)	(381)	(599)
Deposito judicial	-	-	(20)	(371)
Concessionárias, permissionárias e clientes	-	-	1.452	(2.102)
Outros créditos	10.747	2	(2.623)	(81)
Fornecedores	(24)	11	4.054	(5.394)
Tributos a recolher	(60)	144	417	(1.412)
IRSL/CSLL pagos	(60)	(38)	(2.164)	(21.868)
Parcelamentos	-	-	(336)	(321)
Outros débitos	34	(21)	(127)	(85)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	28.916	(2.373)	104.379	(2.349)
Aquisição de bens de ativo imobilizado	(11)	-	(12.906)	(2.026)
Aquisição de bens de ativo intangível	-	-	(46)	(42)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	241	1.006	117.331	(281)
Captação novos mútuos	-	(2.431)	-	-
Dividendos e redução de capital recebidos	28.686	-	-	-
Pagamento de principal e juros de mútuo	-	(652)	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	(296)	-	-
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos	(33.706)	2.268	(142.056)	(21.061)
Distribuição de dividendos	(33.706)	2.268	(24.116)	-
Redução de capital social	-	-	(97.820)	(1)
Pagamento de juros sobre financiamento	-	-	(6.609)	(7.699)
Amortização de principal de financiamentos	-	-	(13.511)	(13.380)
Captação de financiamentos	-	-	-	18
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	6.157	197	11.257	209
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	204	7	3.326	3.117
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6361	204	14.583	3.326
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6.157	197	11.257	209

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Guanhães Energia S.A. (“Companhia” ou “Guanhães Energia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em junho de 2006, com sede na cidade de Ipatinga – MG, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de geração e comercialização de energia elétrica.

As controladas da Guanhães Energia, descritas na nota explicativa 2, compõem o Grupo Guanhães (“Grupo Guanhães” ou “Grupo”).

1.2 ENTIDADES INVESTIDAS

a) Controladas diretas

- **PCH Dorés de Guanhões S.A. (“PCH Dorés de Guanhões”, 100%)** - Localizada no Rio Guanhões, Município de Dorés de Guanhões. Em 22 de novembro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Dorés de Guanhões pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução nº 638 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 931, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Dorés de Guanhões, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhões Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 14,0 MW.

A controlada PCH Dorés de Guanhões foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 2.252, de 02 de outubro de 2018 e nº 2.643, de 19 de novembro de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- **PCH Fortuna II S.A. (“PCH Fortuna II”, 100%)** - Localizada no Rio Corrente Grande, Municípios de Guanhões e Virginópolis. Em 21 de dezembro de 2001 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Fortuna II pela ANEEL, por meio da Resolução nº 601 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos.

Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 932, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Fortuna II, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhões Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 9,0 MW.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

A controlada PCH Fortuna II foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01, 02 e 03, através dos despachos nº 65, de 09 de janeiro de 2019, nº 563, de 23 de janeiro de 2019 e nº 1.433, de 23 de maio de 2019, e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- **PCH Jacaré S.A. (“PCH Jacaré”, 100%)** - Localizada no Rio Guanhões, Município de Dorés de Guanhões. Em 29 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Jacaré pela ANEEL, por meio da Resolução nº 588 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 934, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Jacaré, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhões Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 9,0 MW.

A controlada PCH Jacaré foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1.512, de 29 de maio de 2019 e nº 2.034, de 24 de julho de 2019, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- **PCH Senhora do Porto S.A. (“PCH Senhora do Porto”, 100%)** - Localizada no Rio Guanhões, Município de Dorés de Guanhões. Em 08 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Senhora do Porto pela ANEEL, por meio da Resolução nº 545 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A. na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 933, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Senhora do Porto, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhões Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 12,0 MW.

A controlada PCH Senhora do Porto foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1176, de 27 de maio de 2018 e nº 1761, de 06 de agosto de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

As controladas possuem contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado (“ACR”) devido a participação no 22º Leilão de energia nova ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Autorizações do Grupo Guanhães

Segue abaixo o resumo das autorizações do Grupo Guanhães vigentes em 31 de dezembro de 2024:

Autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
PCH Dores de Guanhães	nov/2002	jan/2033
PCH Fortuna II	dez/2001	jan/2032
PCH Jacaré	out/2002	nov/2032
PCH Senhora do Porto	out/2002	dez/2032

O prazo inicial de autorização da Companhia conforme previsto Resolução ANEEL nº 638 é de 30 anos, com vencimento previsto para novembro de 2032. Contudo, conforme previsto no art. 7º da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, o empreendimento de geração de energia elétrica que vier a garantir em leilão o direito de firmar CCEAR terá o prazo de sua autorização prorrogada, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Por considerar válidas as prerrogativas que garantem a dilação da concessão até 2047, a Companhia protocolou junto a ANEEL, em 23 de agosto de 2021, pedido de reconsideração, para que o cálculo de extensão da concessão já acatada pela Resolução Autorizativa nº 11.715/2022, seja aplicada sobre: extensão do prazo em função das datas de entrada em operação comercial ou extensão do prazo de forma coincidente as datas do leilão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") naquilo que não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

de Administração em 14 de abril de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

Os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados na controladora com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e estão consolidadas integralmente.

2.4 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulantes.

2.5 Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Administração da Companhia prepara suas estimativas contábeis. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Assim, a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

- Vida útil do ativo imobilizado (nota 3.5);
- Avaliações de indicadores e teste de impairment de ativos financeiros e não financeiros (notas 3.15 e 7);
- Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas (notas 3.8.2 e 21);

2.6 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros.

2.7 Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Grupo e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2024, na controladora, ativos circulantes excedentes aos passivos circulantes no montante de R\$ 1.121 (em 2023 R\$ 61). No consolidado, apresentou ativos circulantes excedentes aos passivos circulantes no montante de R\$ 1.517 (R\$ 21.613 em 2023), e os lucros acumulados em 2024 foram de R\$ 39.253 (R\$ 39.283 em 2023).

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

3.2 Contas a receber

São mensuradas e registradas ao custo amortizado e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; não há ajustes de componente de financiamento relevante nos recebíveis, pois são liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, e, assim, representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.3 Concessionárias e permissionárias

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE").

O saldo do contas a receber relacionados a concessionários e permissionárias está sujeito à análise de perdas de créditos esperadas conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

3.4 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição das participações, líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

3.5 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente ou até o limite da autorização, dos dois, o menor, inclusive os terrenos. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 7.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.6 Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Eventual ganho ou perda resultante do desconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

3.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.8 Provisões

3.8.1 Geral

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.8.2 Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9 Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

3.9.1 Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

A receita de operações com venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando a o fornecimento de energia. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD").

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente a geração de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base na geração contratada.

3.9.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.10 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

3.11 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

3.12 Rateio de despesas entre as PCHs

O rateio das despesas administrativas refere-se ao compartilhamento da estrutura da sede administrativa da Guanhães Energia em comum acordo entre as partes, onde foi estabelecido por meio de contrato o repasse das despesas nas seguintes proporções:

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

- PCH Dores de Guanhães S.A.: 29,83%
- PCH Senhora d Porto S.A.: 25,94%
- PCH Jacaré S.A.: 19,98%
- PCH Fortuna II S.A.: 24,25%

3.13 Imposto de renda e contribuição social

i) Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação da Guanhães Energia é com base no lucro real para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, considerando as seguintes taxas:

- Imposto de renda - 15% aplicado sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições e exclusões, acrescidos do adicional de 10% quando exceder R\$20 ao mês, no limite de R\$ 240 ao ano;
- Contribuição social - 9% aplicado sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições e exclusões;

O regime de tributação das controladas é com base no lucro presumido para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, considerando as seguintes taxas sobre o faturamento das vendas de energia:

- Imposto de renda - base de cálculo de 8% sobre a receita bruta e, acrescidos da receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.
- Contribuição social - base de cálculo de 12% sobre a receita bruta e, acrescidos da receita financeira, sendo a alíquota de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e base negativa, bem como diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

3.14 Instrumentos financeiros

3.14.1 Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Passivos financeiros - Classificação, e mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.15 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia, de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia, avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.16 Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores destas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido em Estatuto da Companhia.

3.17 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

3.18 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas na Companhia

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contas bancárias	6.361	204	14.583	3.326
Total	6.361	204	14.583	3.326

Os saldos em conta corrente referem-se a valores disponíveis para pagamentos das obrigações administrativas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado					
	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Certificados de depósitos bancários (CDB)	5.078	-	5.078	121.920	-	121.920
Conta reserva -BNDES	-	9.638	9.638	-	10.127	10.127
Total	5.078	9.638	14.716	121.920	10.127	132.047

Os títulos e valores mobiliários são representados por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado e correspondem a:

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

- (i) Aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. Em sua maioria são atrelados ao CDI.
- (ii) O saldo da “conta reserva - BNDES” está vinculado à garantia dos financiamentos do BNDES. Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do Banco. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento.

A remuneração média das aplicações é de 98% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 95% em 31 de dezembro de 2023.

5. CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Concessionárias, permissionárias e clientes	-	-	7.739	9.191
Total	-	-	7.739	9.191

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui saldo a receber consolidado de R\$7.739 (R\$9.191 em 31 de dezembro de 2023) referente à venda de energia comercializada no leilão A-3. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 todos os saldos a receber eram a vencer.

6. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	3.409	4	4.324	706
Outros créditos	6	4	921	706
Partes relacionadas (a)	3.403	-	3.403	-
Não circulante	13.469	597	13.469	373
Outros créditos	-	-	-	373
Partes relacionadas (a)	13.469	597	13.469	-
Total	16.878	601	17.793	1.079

(a) A sentença do CEJUSC/BH nos autos do procedimento nº 5134752-69.2024.8.13.0024 datada de 14/06/2024 garantiu à PCH Jacaré a indenização aos gastos destinados a conclusão da obra objeto do Contrato nº 02 firmado em 2012 entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE de Minas Gerais e CEMIG (Guanhães) para ampliação das linhas de transmissão e subestação da STA Jacaré. A indenização será quitada em 36 parcelas a serem recebidas pela CEMIG (acionista

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

com participação de 49% da Guanhães Energia) para subsequente repasse a PCH Jacaré (vide maiores informações na nota 8).

7. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023
PCH Dores de Guanhães	78.619	88.369
PCH Fortuna II	83.495	86.224
PCH Jacaré	127.083	99.418
PCH Senhora do Porto	66.482	74.695
Total Investimentos	355.679	348.706

Em 27 de agosto de 2024 foi aprovada a redução do capital social das controladas PCH Dores de Guanhães e PCH Senhora do Porto mediante a anuência do BNDES. A aprovação pelo órgão ocorreu em 13 de dezembro de 2024, pela Carta AEC/DEENE3 nº 82/2024. A redução se deu por restituição aos acionistas na ordem de R\$ 6.974 e R\$ 8.053 respectivamente. Não houve redução na quantidade de ações.

Movimentação dos investimentos nas controladas nos exercícios de 2024 e 2023:

	Controladora									
	31.12.2022	Integralização/ Redução de Capital	Distribuição de dividendos	Equivalência Patrimonial	31.12.2023	Integralização/ Redução de Capital	Recomposição do Capital	Distribuição de dividendos	Equivalência Patrimonial	31.12.2024
PCH Dores de Guanhães	109.671	(27.028)	(1.646)	7.372	88.369	(6.973)	-	(8.050)	5.275	78.619
PCH Fortuna II	93.888	(23.284)	-	15.620	86.224	-	-	(3.086)	357	83.495
PCH Jacaré	107.584	(30.873)	-	22.708	99.418	-	5.844	(3.004)	24.825	127.083
PCH Senhora do Porto	85.319	(16.635)	(622)	6.633	74.695	(8.053)	-	(4.538)	4.378	66.482
Total	396.462	(97.820)	(2.268)	52.333	348.706	(15.028)	5.844	(18.678)	34.835	355.679

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Segue abaixo, informações sobre as empresas controladas:

Controladas	31.12.2024				31.12.2023			
	Capital Social Integralizado	Total Ativo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Capital Social Integralizado	Total Ativo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
PCH Dores de Guanhães	72.976	105.312	78.619	5.275	79.950	145.506	88.369	7.372
PCH Fortuna II	73.233	147.358	83.495	357	73.232	130.416	86.224	15.620
PCH Jacaré	85.015	102.411	127.083	24.825	79.171	152.329	99.418	22.708
PCH Senhora do Porto	61.832	97.593	66.482	4.378	69.885	119.080	74.695	6.633

A seguir são apresentados os principais ativos e passivos das controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como o resultado apurado nesses exercícios sociais:

ATIVO	31.12.2024				31.12.2023			
	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
Circulante	4.780	4.628	13.229	3.838	41.314	28.849	36.618	28.584
Caixa e equivalentes de caixa	1.933	2.934	7.101	1.333	38.053	26.906	34.382	25.701
Outros	2.847	1.694	6.128	2.505	3.261	1.943	2.236	2.883
Não Circulante	100.532	97.783	134.129	93.755	104.192	101.567	115.711	90.496
TOTAL DO ATIVO	105.312	102.411	147.358	97.593	145.506	130.416	152.329	119.080
PASSIVO								
Circulante	5.725	4.169	4.287	11.899	32.108	26.724	34.184	21.394
Empréstimos e financiamentos	4.079	2.807	2.704	3.836	4.045	2.784	2.709	3.804
Outros	1.646	1.362	1.583	8.063	28.063	23.940	31.475	17.590
Não Circulante	20.968	14.747	15.988	19.212	25.029	17.468	18.727	22.991
Empréstimos e financiamentos	19.034	13.102	13.744	17.900	22.923	15.779	16.482	21.558
Outros	1.934	1.645	2.244	1.312	2.106	1.689	2.245	1.433
Patrimônio Líquido	78.619	83.495	127.083	66.482	88.369	86.224	99.418	74.695
TOTAL DO PASSIVO	105.312	102.411	147.358	97.593	145.506	130.416	152.329	119.080

A Reversão de perda por desvalorização está detalhada na Nota explicativa do ativo Imobilizado.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

8. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Consolidado													
	Saldos em 31.12.2022	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências p/ serviços	Provisão para redução ao valor recuperável	Saldos em 31.12.2023	Adições	Baixas	Depreciações	Baixa e obrigações especiais	Transferências p/ serviços	Provisão para redução ao valor recuperável	Saldos em 31.12.2024
IMOBILIZADO EM CURSO														
Terrenos	965	20	-	-	(43)	-	942	-	-	-	-	-	-	942
Reservatórios, barragens e adutoras	411	-	-	-	-	-	411	5.512	-	-	-	666	-	6.589
Edificações, obras Cíveis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	329	2.006	(21)	-	(24)	-	2.290	-	-	-	-	-	-	2.290
Moveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das Imobilizações em curso	1.705	2.026	(21)	-	(67)	-	3.643	5.512	-	-	-	666	-	9.821
SUBTOTAL EM CURSO	1.705	2.026	(21)	-	(67)	-	3.643	5.512	-	-	-	666	-	9.821
IMOBILIZADO EM SERVIÇO														
Terrenos	7.594	-	-	(360)	43	-	7.277	-	-	(362)	-	-	-	6.915
Reservatórios, barragens e adutoras	214.973	-	-	(10.156)	-	-	204.817	25	-	(10.155)	-	-	-	194.687
Edificações, obras Cíveis e benfeitorias	100.090	-	-	(4.729)	-	-	95.361	-	-	(4.729)	-	-	-	90.632
Máquinas e equipamentos	113.923	-	-	(5.558)	24	-	108.389	7.325	(1.038)	(5.554)	(14.091)	(666)	-	94.365
Moveis e utensílios	5	-	-	(2)	-	-	3	44	(13)	(3)	-	-	-	31
SUBTOTAL EM SERVIÇO	436.585	-	-	(20.805)	67	-	415.847	7.394	(1.051)	(20.803)	(14.091)	-	-	386.630
Provisão/reversão p/ redução ao valor recuperável	(51.320)	-	-	-	-	33.005	(18.315)	-	-	-	-	-	18.315	-
Total do Imobilizado	386.970	2.026	(21)	(20.805)	-	33.005	401.175	12.906	(1.051)	(20.803)	(14.091)	-	18.315	396.451

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Para fins de avaliação da recuperação dos ativos, a Administração atualizou o modelo de acompanhamento do retorno do projeto de cada uma de suas controladas e o fluxo de caixa descontado com a melhor estimativa corrente para a análise do valor em uso do ativo. Como resultado desta análise realizada na data base de 31 de dezembro de 2023, foi apurada a necessidade de reversão do montante de R\$33.005, relativo as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas entre 2015 a 2017, que totalizaram R\$198.871, sendo R\$70.919 registrados na PCH Jacaré S.A., R\$34.041 na PCH Senhora do Porto S.A., R\$39.437 na PCH Dores de Guanhões e R\$54.474 na PCH Fortuna II. Naqueles exercícios as PCH's se encontravam com suas obras de implantação totalmente paralisadas devido ao rompimento do contrato EPC para sua implantação, e por isso, permeada de incertezas, principalmente: i) em relação a contratação de um novo EPCista; ii) previsão de retomada das obras; iii) possíveis sobrecustos; e iv) novo cronograma para conclusão das obras de implantação.

Desde então, sanadas todas as incertezas, a conclusão do projeto e consequentemente o início da fase de operação comercial das PCHs em 2018, os testes realizados ao final daquele exercício apontaram a necessidade de reversão parcial nas PCHs.

Posteriormente, diante da melhora nas perspectivas de geração de caixa da empresa, principalmente após sua participação com êxito na venda de energia no mercado regulado, e ultrapassada a fase inicial de operação conhecida como “curva da banheira”, os testes de *impairment* realizados pelas PCHs ao final do exercício de 2022 e 2023 seguiram apontando nova necessidade de reversão do *impairment* em relação ao montante de provisão de perdas registrados nos exercícios supracitados.

Desta maneira foi realizada a reversão nas PCHs Jacaré, Fortuna II e Dores de Guanhões no montante de R\$27.327 em 2022, e em 31 de dezembro de 2023 foi complementado o valor de R\$33.005 e o saldo remanescente de perdas ao valor recuperável do imobilizado da PCH Jacaré de R\$18.315, foi totalmente revertido em 31 de dezembro de 2024.

A estimativa do valor em uso foi determinada utilizando uma taxa de desconto em termos nominais de 10,65% (média entre as PCHs Controladas) e considerou a média de entrega de megawatts pela Companhia; a qual possui capacidade máxima de produção de 9MWh.

Contrato nº 02 de 2012 SEDE e CEMIG – ampliação de STA Jacaré

Em 2012, o contrato nº 02 foi firmado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE de Minas Gerais e CEMIG para execução de obra nas linhas de transmissão e

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

subestação com escopo de extensão do sistema de transmissão da SE Jacaré, a partir de linhas já existentes.

O valor total do contrato não foi repassado a PCH Jacaré na data da obra de construção que recorreu a processo em tribunal arbitral para recebimento do valor residual. Mesmo sem o repasse da verba, a companhia deu continuidade às obras concluindo a extensão da subestação de transmissão, conforme previsto no contrato, com recursos próprios.

A unitização dos bens do ativo imobilizado realizada em 2019 foi executada sob a supervisão da Conexão Energia, auditoria regulatória contratada para a unitização dos ativos de Guanhães, com o detalhamento dos ativos unitizados na PCH Jacaré e atualmente utilizados como base para atendimento anual do RCP – Relatório de Controle Patrimonial Anual – para a Aneel.

Em observância ao disposto no § 1º do art. 44, da Resolução Normativa ANEEL nº 414 de 09 de setembro de 2010, todo o gasto realizado pela PCH Jacaré para ampliação da SE e LT foi incorporado aos ativos existentes, unitizados em 2019 em conjunto aos demais itens do ativo imobilizado.

A sentença do CEJUSC/BH nos autos do procedimento nº 5134752-69.2024.8.13.0024 datada de 14/06/2024 garantiu à PCH Jacaré a indenização aos gastos destinados a conclusão da obra a ser inicialmente custeado pelo governo de Minas Gerais sendo determinado o pagamento em 36 parcelas a serem recebidas pela CEMIG (acionista com participação de 49% da Guanhães Energia) para repasse a usina.

O valor principal atrelado ao custeio da obra, seguindo os mesmos parâmetros do passado, foram lançados como obrigação especial redutora do ativo imobilizado em serviços (considerando os bens em operação) contra Valor a receber da Holding que será repassado pela Guanhães Energia após o pagamento pela CEMIG.

9. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	Consolidado							
	Saldos em 31.12.2022	Adições	Amortização	Transferências para serviços	Saldos em 31.12.2023	Adições	Amortização	Saldos em 31.12.2024
INTANGÍVEL EM CURSO								
Servidão	144	42		(42)	144	-		144
Total Intangível em curso	144	42	-	(42)	144	-	-	144
INTANGÍVEL								
Software	67		-	-	67		-	67
Servidão	3.437		(162)	42	3.317	46	(179)	3.184
Total Intangível em serviço	3.504	-	(162)	42	3.384	46	(179)	3.251
Total do Intangível	3.648	42	(162)	-	3.528	46	(179)	3.395

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores				
Compra de energia (a)	-	-	508	652
Materiais e serviços (b)	7	31	5.069	871
Total	7	31	5.577	1.523

- (a) Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em 2024, houve redução da necessidade compra no MCP.
- (b) O aumento de materiais e serviços em 2024 está associado a compras de itens destinados à manutenção das usinas da Companhia, sendo inicialmente classificados em estoques e quando utilizados destinados a uso e consumo ou ativo imobilizado dependendo da aplicação.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Decorre substancialmente do saldo de financiamento do contrato firmado com o BNDES, cujos recursos foram utilizados para a construção das PCH's, liberados em três subcréditos, conforme características descritas abaixo (valores originalmente contratados):

Financiador	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Total do financiamento	Valor atualizado utilizado	Início	Forma de pagamento	Término
BNDES - Subcrédito A	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	29.800	29.803	ago/15	Mensal	fev/31
BNDES - Subcrédito B	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	10.400	10.369	ago/15	Mensal	fev/31
BNDES - Subcrédito C	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP	400	414	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Dores de Guanhões	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	42.300	42.300	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Dores de Guanhões	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	14.800	14.000	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Dores de Guanhões	12/02/2014	R\$	TJLP	600	620	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	29.000	29.000	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	10.400	10.368	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP	400	395	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	39.400	39.400	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	13.900	13.563	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP	500	490	set/15	Mensal	ago/30
Total do financiamento					191.900	190.722			

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Segue abaixo a movimentação do financiamento e empréstimos nos exercícios de 2024 e 2023:

	Consolidado do financiamento		
	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31.12.2022	91.622	10.928	102.550
Captação de financiamentos	18	-	18
Amortização de principal	(13.380)	-	(13.380)
Encargos, juros e correções	-	8.595	8.595
Encargos pagos	-	(7.699)	(7.699)
Saldo em 31.12.2023	78.260	11.824	90.084
Captação de financiamentos	-	-	-
Amortização de principal	(13.511)	-	(13.511)
Encargos, juros e correções	-	7.241	7.241
Encargos pagos	-	(6.609)	(6.609)
Saldo em 31.12.2024	64.749	12.456	77.205

	Consolidado							
	Circulante			Não Circulante			Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	31.12.2024	31.12.2023
Financiamentos (BNDES)	11.641	1.785	13.426	55.311	8.468	63.779	77.205	90.084
Total	11.641	1.785	13.426	55.311	8.468	63.779	77.205	90.084

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Consolidado				
2024			2023	
2026	13.402		2025	13.342
2027	13.402		2026	13.342
2028	13.402		2027	13.342
Após 2028	23.573		Após 2027	50.058
Total	63.779		Total	90.084

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros no curso normal de seus negócios. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 18.

Covenants

Os contratos de financiamentos com o BNDES firmados pelas PCHS estão sujeitos a cláusulas restritivas do saldo devedor de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, a apuração anual do índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,3. O não cumprimento deste indicador pelas PCH's impossibilita o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio acima do limite mínimo legal, e pode implicar em aplicação de multa pelo BNDES. Não há evidências de quebra de covenants em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por recursos financeiros mantidos em conta corrente bancárias da instituição financeira cedente e por avais e fianças dos acionistas. A Administração declara estar adimplente em todas as obrigações contratuais durante os exercícios de 2024 e 2023.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Os acionistas da Companhia e as suas respectivas participações no capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação
ACIONISTAS				
Brasal Energia S.A.	279.799.260	51	279.799.260	51
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	268.826.740	49	268.826.740	49
Total Geral	548.626.000	100	548.626.000	100

As ações da Brasal Energia S.A. são do tipo ordinárias nominativas A, enquanto da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) ordinárias nominativas de classe B, ambas sem valor nominal e totalmente subscritas. Cada classe de ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais, com direito a (i) eleger, em votação em separado, dois membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) indicar, alternadamente, a cada mandato de três anos, na forma do disposto em acordo de acionista, o Presidente ou o Vice-presidente do Conselho de Administração, sendo asseguradas as seguintes vantagens a cada uma delas:

- Ações Ordinárias Classe A: terão direito a indicar o Diretor Administrativo-Financeiro.
- Ações Ordinárias Classe B: terão direito a indicar o Diretor Técnico-Comercial.

b) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu o montante de R\$

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1.752.

a) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram destinados R\$ 33.706 como distribuição de dividendos aos acionistas, tendo sido pagos o montante de R\$ 24.114.

Com base no § 4º do art. 202 da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, “Lei das S.A.”, a Companhia concluiu pela não declaração dos dividendos mínimos do exercício de 2024, e sua destinação será validada ao longo do exercício de 2024. Conforme ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a Companhia constituiu reserva especial no montante de R\$ 8.322, referente a tais dividendos que serão distribuídos tão logo sejam avaliados pelo Conselho de Administração.

c) Reserva de lucros retidos

O lucro excedente não distribuído foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucro no valor de R\$ 24.964.

13. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Suprimento de energia	-	-	65.166	62.255
(-) PIS e COFINS	-	-	(2.600)	(2.273)
TOTAL	-	-	62.566	59.982

	2024				2023			
	PCH DORES DE GUANHÃES	PHC FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PHC FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
Suprimento de energia	19.949	12.988	13.998	18.231	19.083	12.419	13.251	17.502
Deduções da Receita	(730)	(474)	(728)	(668)	(697)	(453)	(484)	(639)
TOTAL	19.219	12.514	13.270	17.563	18.386	11.966	12.767	16.863

As receitas consolidadas da Companhia são oriundas dos contratos de venda de energia celebrados pelas PCHs no ambiente de contratação regulado (“ACR”), pela participação no 22º Leilão de Energia Nova promovido pela ANEEL em agosto de 2015.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, as PCHs's investidas recorrem ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

14. CUSTOS DA OPERAÇÃO

CUSTOS	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Compra de Energia elétrica (a)	-	-	(8.890)	(3.187)
Materiais (b)	-	-	(3.007)	(606)
Encargos e taxas	-	-	(4.615)	(1.539)
Serviços de terceiros	-	-	(2.737)	(8.725)
Depreciações e amortizações	-	-	(20.913)	(20.956)
Outros custos	-	-	(1.050)	(618)
TOTAL	-	-	(41.212)	(35.631)

	2024				2023			
	PCH DORES DE GUANHÃES	PHC FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PHC FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
Energia comprada (a)	(2.582)	(1.833)	(1.866)	(2.609)	(911)	(669)	(663)	(944)
Outras	(7.611)	(7.837)	(8.656)	(8.218)	(8.581)	(7.593)	(9.064)	(7.206)
TOTAL	(10.193)	(9.670)	(10.522)	(10.827)	(9.492)	(8.262)	(9.727)	(8.150)

- (a) Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em 2024, houve redução da necessidade compra no MCP.
- (b) O aumento de materiais e serviços em 2024 está associado a compras de itens destinados à manutenção das usinas da Companhia, sendo inicialmente classificados em estoques e quando utilizados destinados a uso e consumo ou ativo imobilizado dependendo da aplicação.

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal e encargos	-	-	(868)	(838)
Administrativas	(57)	(35)	(424)	(305)
Serviços de terceiros	-	-	(2.050)	(1.920)
Total	(57)	(35)	(3.342)	(3.063)

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS FINANCEIRAS				
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	551	678	4.142	14.804
Outras receitas financeiras	-	2	1	16
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	551	680	4.143	14.820
DESPESAS FINANCEIRAS				
Despesas financeiras	(26)	(4)	(133)	(16)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(63)	(224)	(7.241)	(8.641)
Outras despesas financeiras	(103)	(104)	(888)	(1.180)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(192)	(332)	(8.262)	(9.837)
RESULTADO FINANCEIRO	359	348	(4.119)	4.983

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Suprimento de Energia	-	-	65.166	62.255
Receitas financeiras	551	680	4.143	14.820
Base de cálculo IRPJ (8% Energia)	-	-	5.213	4.980
Base de cálculo receitas financeiras	-	-	3.953	14.472
Despesas não dedutíveis	-	-	-	-
(-) Despesas dedutíveis	189	348	-	-
(-) Prejuízo fiscal	-	89	-	-
Total da base IRPJ	363	332	9.166	19.452
IRPJ-15%	54	50	1.375	2.918
Adicional IRPJ- 10%	13	15	810	1.830
Total IRPJ	67	65	2.185	4.748
Base de cálculo CSLL (12% Energia)	-	-	7.820	7.471
Base de cálculo receitas financeiras	-	-	3.953	14.472
Total da base CSLL	363	332	11.773	21.943
CSLL - 9%	33	30	1.060	1.975
Imposto de renda e contribuição social	100	95	3.245	6.724

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

- O quadro abaixo apresenta os principais valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado					
	31.12.2024				31.12.2023	
ATIVO	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor justo	Contabilizado	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	14.583	14.583	3.326	3.326
Aplicações financeiras e numerários restritos	2	VJR	5.078	5.078	132.047	132.047
Concessionárias, permissionárias e clientes	-	Custo amortizado	7.739	7.739	9.191	9.191
Total			27.400	27.400	144.564	144.564
PASSIVO						
Fornecedores	-	Custo amortizado	5.577	5.577	1.523	1.523
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	77.205	77.205	90.084	90.084
Outros débitos	-	Custo amortizado	203	203	4.638	4.638
Total			82.985	82.985	96.245	96.245

a) Risco de mercado

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo. Composição das aplicações financeiras e dívidas atreladas à taxa de juros variável:

Controladora					Consolidado			
31.12.2024		31.12.2023			31.12.2024		31.12.2023	
R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida		R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida
CDI	I-	0%	5.062	0%	5.078	0%	132.047	0%
TJLP	-	-	-	-	77.205	100%	90.084	100%
Total	-	0%	5.062	0%	82.283	100%	222.131	100%

b) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos financiamentos das PCH's, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o "cenário provável" considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2024. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 (em 31 de dezembro de 2024).
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 31 de dezembro de 2024).

Consolidado					
Operação	Risco	Saldos Base	Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS			565	424	282
Aplicações financeiras e numerários restritos	CDI	5.078	565	424	282
PASSIVOS FINANCEIROS			(6.153)	(7.691)	(9.230)
Financiamentos - BNDES	TJLP	77.205	(6.153)	(7.691)	(9.230)
TOTAL			(5.588)	(7.267)	(8.948)
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS					
TJLP (Projetado para 31.12.2025)			7,97%	+25% 9,96%	+50% 11,96%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS					
CDI (Projetado para 31.12.2025)			11,12%	-25% 8,34%	-50% 5,56%

c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas originárias de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, por incapacidade destes em cumprirem com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em honrar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados são apresentados na nota explicativa 12.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (inclui juros futuros):

Instrumentos Financeiros	Controladora					Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	2.909	6.310	55.114	2.511	66.844
Fornecedores	7	-	-	-	7	5.401	815	-	-	6.216

e) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado. A Companhia e suas investias não possuem direitos ou obrigações de riscos hidrológicos a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2024.

f) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Dívida de empréstimos e financiamentos	-	-	77.205	90.084
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	6.361	204	14.583	3.326
(-) Aplicações financeiras e numerários restritos (Nota 6)	-	5.062	5.078	132.047
Dívida líquida (A)	(6.361)	(5.266)	57.543	(45.289)
Patrimônio líquido (B)	356.000	356.000	356.000	356.000
Percentual de capital de terceiros - % (A÷(B+A))	-2%	-2%	14%	-15%

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue o resumo das transações com partes relacionadas mantidas e ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Contratos com o mesmo grupo	Controladora				
	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Ativo	
				31/12/2024	31/12/2023
Emissão de notas de débitos para PCH Dores de Guanhões referente a reembolso de despesas administrativas	823.798,02	2024	Notas de débitos	144	178
Emissão de notas de débitos para PCH Senhora do Porto referente a reembolso de despesas administrativas	716.370,13	2024	Notas de débitos	125	155
Emissão de notas de débitos para PCH Jacaré referente a reembolso de despesas administrativas	551.776,22	2024	Notas de débitos	96	119
Emissão de notas de débitos para PCH Fortuna II referente a reembolso de despesas administrativas	669.698,35	2024	Notas de débitos	117	145

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Consolidado						
Grupos Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com Partes relacionadas	Valor Original	Data	Data de vencimento ou prazo	Saldo remanescente 31/12/2024
	<u>Contrato Comercialização de Energia</u>					
Dores de Guanhães	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT (Leilão A-3)	CEMIG GT	6.196	jan/18	dez/47	4.957
	<u>Contrato estratégico</u>					
Dores de Guanhães	Contrato de serviços de Coordenação e Execução da Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de Turbinas e Geradores, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de Energia.	CEMIG GT	2.783	mai/23	mai/25	204
	<u>Contrato estratégico</u>					
Dores de Guanhães	Contrato tem pro objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como “atividades meio”, em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim	BRASAL PARTICIPAÇÕES	319	nov/22	Indeterminado	-
	<u>Contrato de Uso de Rede de Distribuição</u>					
Dores de Guanhães	Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Dores de Guanhães com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	CEMIG GT	2.333	mai/19	mai/26	-
	<u>Contrato Comercialização de Energia</u>					
Jacaré	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT (Leilão A-3)	CEMIG GT	4.276	jan/18	dez/47	3.421
	<u>Contrato estratégico</u>					
Jacaré	Contrato de serviços de Coordenação e Execução da Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de Turbinas e Geradores, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de Energia.	CEMIG GT	2.783	mai/23	mai/25	204
	<u>Contrato estratégico</u>					
Jacaré	Contrato tem pro objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como “atividades meio”, em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim	BRASAL PARTICIPAÇÕES	319	nov/22	Indeterminado	-
	<u>Contrato de Uso de Rede de Distribuição</u>					
Jacaré	Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Jacaré com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	CEMIG GT	1.568	mai/19	mai/26	-
	<u>Contrato Comercialização de Energia</u>					
Senhora do Porto	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT (Leilão A-3)	CEMIG GT	5.673	jan/18	dez/47	4.538
	<u>Contrato estratégico</u>					
Senhora do Porto	Contrato de serviços de Coordenação e Execução da Operação e Manutenção, Operação Teleassistida,	CEMIG GT	2.783	mai/23	mai/25	204

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de Turbinas e Geradores, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de Energia.					
	<u>Contrato estratégico</u>					
	Contrato tem pro objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como “atividades meio”, em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim					
Senhora do Porto	BRASAL PARTICIPAÇÕES	319	nov/22	Indeterminado	-	
	<u>Contrato de Uso de Rede de Distribuição</u>					
Senhora do Porto	CEMIG GT	2.056	mai/19	mai/26	-	
	Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCHSenhora do Porto com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)					
	<u>Contrato Comercialização de Energia</u>					
Fortuna II	CEMIG GT	4.015	jan/18	dez/47	3.212	
	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT (Leilão A-3)					
	<u>Contrato estratégico</u>					
	Contrato de serviços de Coordenação e Execução da Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de Turbinas e Geradores, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de Energia.					
Fortuna II	CEMIG GT	2.783	mai/23	mai/25	204	
	<u>Contrato estratégico</u>					
	Contrato tem pro objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como “atividades meio”, em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim					
Fortuna II	BRASAL PARTICIPAÇÕES	319	nov/22	Indeterminado		
	<u>Contrato de Uso de Rede de Distribuição</u>					
Fortuna II	CEMIG GT	1.497	mai/19	mai/26	-	
	Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Fortuna II com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)					

Remuneração dos Administradores

Todos os administradores renunciaram a percepção de remuneração anual do exercício apresentado nessa demonstração financeira.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

20. SEGUROS

A Companhia e suas investidas possuem seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2024:

Seguro de riscos operacionais: cobre os danos causados à PCH, com um limite máximo de indenização combinado de danos materiais e lucros cessantes, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos.

Seguro de responsabilidade civil e geral: objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguem abaixo os seguros vigentes em 2024:

Riscos	Controladas	Data da Vigência		Importância Segurada	LMI
		De	Até		
Risco de Operacional	PCH Senhora do Porto S.A.	30/11/2024	30/11/2025	86.361	111.584
Risco de Operacional	PCH Dores de Guanhões S.A.	30/11/2024	30/11/2025	86.004	111.584
Risco de Operacional	PCH Fortuna II S.A.	30/11/2024	30/11/2025	68.899	111.584
Risco de Operacional	PCH Jacaré S.A.	30/11/2024	30/11/2025	59.833	111.584
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Senhora do Porto S.A.	30/11/2024	30/11/2025	N/A	10.000
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Dores de Guanhões S.A.	30/11/2024	30/11/2025	N/A	10.000
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Fortuna II S.A.	30/11/2024	30/11/2025	N/A	10.000
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Jacaré S.A.	30/11/2024	30/11/2025	N/A	10.000

Os seguros da Companhia e investidas são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

21. CONTRATOS DE LONGO PRAZO PARA VENDA DE ENERGIA

As PCH's investidas pela Companhia possuem compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Energia contratada total (MW médio) (*)				
Ano	2025	2026	2027	2028 a 2047
Dores de Guanhães	7,1	7,1	7,1	7,1
Senhora do Porto	6,5	6,5	6,5	6,5
Fortuna II	4,6	4,6	4,6	4,6
Jacaré	4,9	4,9	4,9	4,9
Total	23,1	23,1	23,1	23,1

(*) O montante de energia contratada não faz parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

Os compromissos de venda de energia foram contratados conforme as regras do edital publicado pela ANEEL em 21 de julho de 2015.

22. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia possui processos judiciais de natureza civil, para os quais a administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perdas são possíveis, conforme apresentados a seguir, e por este motivo, nenhuma outra provisão foi constituída.

	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de processos	Valor total	Quantidade de processos	Valor total
Ações cíveis	3	5.011	3	5.011
Total	3	5.011	3	5.011

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há processos judiciais classificados na condição de risco de perdas prováveis.
